**4PRACCOPACPX03-O**

**A PRÁTICA EXTENSIONISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA ÀLUZ DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Gleydson Francisco ([[1]](#footnote-1)) ; Bernardina Silva de Carvalho(3)

**Pró-Reitoria de extensão e Assuntos comunitários / PROBEX**

 **Resumo**

O presente texto busca estabelecer um diálogo entre a extensão universitária e a Educação Popular (EP), tendo em vista sua filosofia que busca a promoção das classes populares. Nesta perspectiva discutiremos os princípios da Extensão Universitária, sob o olhar da EP, tendo como eixo a pedagogia do diálogo de Paulo Freire. Pensar a extensão universitária a partir de seus objetivos básicos de formação profissional, geração de novos conhecimentos e disseminação desses conhecimentos é um procedimento difícil diante da diversidade de trabalhos acadêmicos voltados para diversas áreas temáticas. Inserida neste argumento está a extensão universitária, que oferece uma diversidade conceitual de práticas que intervém significativamente na reflexão e prática interior da Universidade. Entendida dessa forma, a Extensão passa a constituir-se como eixo articulador de ações que visam à emancipação política e crítica de seus sujeitos, apresentando os elementos necessários a realimentação do ensino e da pesquisa. Contudo, a Educação Popular visa a devolução de ações eficazes que socializem novas concepções e instigue a comunidade a construir suas próprias reivindicações e criar mecanismos em busca de autonomia.

 Palavras chave: Extensão Universitária. Educação Popular. Autonomia.

“Você não será capaz de mudar o que está a sua volta se não mudar o que está dentro de você” Serrano Freire

As fundamentações Conceituais de Educação Popular (EP) sempre seguiram padrões que buscavam romper com a exclusão social, visando à inclusão da população no processo de transformação social. Nessa perspectiva discutiremos os princípios da Extensão Universitária, sob o olhar da EP. Repensar a universidade compreendendo sua missão quanto a formação acadêmica, produção de conhecimentos e troca de sabes é um processo complexo, diante dos desafios e objetivos que surgem na sociedade contemporânea. Em meio a essa amplitude, está incluída a extensão universitária, que aliada ao ensino e a pesquisa formam os pilares da Universidade. A prática extensionista da Universidade Federal das Paraíba (UFPB) possibilita uma troca de experiências entre os sujeitos. Ou seja, o conhecimento gerado pela instituição tem base no saber popular adquirido pela vivência comunitária, dessa forma abre-se a possibilidade da criação de novos paradigmas. À luz da EP, poderemos repensar ações de extensão que possam desmistificar conceitos acadêmicos sedimentados que vêem a universidade apenas como produtora e retentora do conhecimento. Entretanto, conforme Freire,

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.(FREIRE, 1983:15)

Por essa reflexão, observa-se que a educação popular vai muito além do saber acadêmico. Embora, o saber popular não possa ser definido como um conhecimento cientifico, não se pode desconsiderar a sua influência nas diversas culturas e as potencialidades que se pode alcançar na produção de novos conhecimentos. Assim dialogando com a filosofia extensionista, juntos promoverão saberes que levando em consideração o capital cultural dos seus sujeitos, poderão promover mudanças significativas na sociedade. Ao longo dos anos o Conceito de EP é composto por várias visões distintas entre si, delineando contextos sociais diferentes, sejam os sujeitos oprimidos ou excluídos. Já o sentido de popular refere-se a população, com direcionamento humanizado para aquelas que estão excluídas do processo de emancipação. Para Streck (2006) a educação popular tem vários pontos de partidas, possibilitando pontos de chegadas diferentes. O autor defende que:

O ponto de partida pode ser as mulheres, os povos indígenas, os camponeses, os desempregados, os moradores de rua ou os trabalhadores da indústria e do comércio, cada um desses segmentos sociais com suas formas de organização, pautas de luta e projeto de sociedade. O ponto de chegada que se deseja pode variar desde a ampliação de espaços na sociedade existente até a criação de um modelo alternativo, parcial ou totalmente distinto daquele que existe (STRECK, 2006: 20).

Para o autor uma característica definidora da Educação Popular é a busca de saberes em localidades diferentes, que tenham em comum a necessidade e o querer mudanças. Nessa visão Wanderley (1979), vincula o conceito de popular ao de classes populares como algo que é legítimo, que traduz interesses dessas classes, podendo adquirir o significado como algo “do povo”, ou seja, popular é um processo de democratização. Através dessa pratica intercultural, comprometida com a troca de saberes, pode-se perceber maior participação da sociedade na luta por mudanças sociais e a unidade das classes menos favorecidas. Dessa forma, Melo Neto (1994), “compreende esse empenho da extensão como um trabalho social sobre a realidade objetiva, na qual gera conhecimentos em parceria com os grupos sociais”. Entretanto, a comunidade acadêmica deverá regressar a este campo de pesquisa com os resultados, avanços e novas formas de ação, promovidas por essa atividade de extensão. Entendida dessa forma, a extensão passa a constituir-se como articuladora de ações que visam à emancipação política e consciente de seus jeitos, apresentando os elementos necessários a realimentação do ensino e da pesquisa. Contudo a Educação Popular visa à devolução de ações eficazes que socializem novas concepções e instiguem a comunidade a construir suas próprias reivindicações e criar mecanismos em busca de sua autonomia. Conforme o I fórum de Pró-Reitores de Extensão (1993), a efetivação da autonomia, pode ser realizada através da extensão universitária, com base na aplicação do trabalho interdisciplinar, envolvendo a concepção de superação do ‘senso comum’, ao ser explicado e experimentado na prática junto com as comunidades. Nisso a EP se pauta, tendo a percepção de que não se faz educação popular sem verificar o contexto cultural na qual a sociedade está inserida, pois é pela cultura e pelo processo comunicativo que os cidadãos tornam-se mais críticos, sendo capazes de reformular o pensamento, fazer história própria e coletiva. Dialogando com Freire 1983, entende-se que conhecer a dimensão humana em qualquer nível, não é ver o sujeito como um objeto, pois o ato de conhecer já é humano e não de objetos, com essa humanização na visão cientifica pode-se mover a busca pela inquietação do sujeito, para que este a partir da sua curiosidade possa estabelecer metodologias para mudança da realidade.

A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura. Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. (FREIRE, 1980:26).

 Conforme Freire, poderemos construir características para a prática extensionista da UFPB, na qual a dialética e o respeito das diversas culturas serão princípios basilares. A Universidade quando interage e busca conhecer a cultura popular e produzir trabalhos acadêmicos balizados a partir da realidade em prol deste meio cultural insere-se e intervém na realidade, dando visibilidade e autonomia aos saberes populares. Essa parceria resulta em sujeito/sujeito e não sujeito/objeto. O respeito à autonomia e a cultura desses sujeitos permite a construção de saberes que, por relações dialógicas, são capazes de transformar realidades. Com foco na formação de sujeitos críticos, participativos, O fórum nacional de Pró-Reitores, apresenta seu conceito de extensão, o qual considera as inquietações da academia em relação às comunidades alcançadas pelos projetos.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. (Fórum Nacional, 1987)

Em consonância ao dito a cima, pode-se verificar que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que busca articular o ensino e a pesquisa de forma concreta na relação transformadora entre instituição e sociedade. Com isso podemos sintetizar que a análise da “via de mão dupla”, é uma concepção que ao se relacionar com os saberes diversos, constrói novos conhecimentos. Por essa concepção a produção acadêmica se realiza via Extensão Universitária construída a partir de um processo que garanta o diálogo horizontal entre universidade e comunidade; com uma metodologia transformadora e emancipatória que cria condições libertadoras que promovam a emancipação das classes populares no que se refere à conquista do exercício pleno da cidadania.

Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, como o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. (FREIRE, 1977, p.27.).

Decorrente de tais aspectos cabe ressaltar os riscos que a extensão enfrenta ao ser entendida como assistencialista. Nesta a universidade se vê como detentora de um saber superior, único e acabado transmitido sem indagações e sem confrontos. Entretanto, a Extensão Universitária da UFPB vem se pautando na EP para o cumprimento da sua missão social. Conforme Brandão (1984), a nascente do conhecimento está no constante dialogo entre os saberes acadêmicos e populares. Esta “ciência popular” desconsiderada pela instituição e presente nos meios culturais em que os projetos de extensão estão inseridos, tem missão de gerar novos conhecimentos populares. Através desses espaços diversificados e significativos, criados pela extensão popular, criam-se novos conceitos aplicáveis à realidade, pois por meio da cultura podem-se extrair os conteúdos conceituais, procedimentos e atitudinais da Educação do século XXI. Esta postura pesquisadora dos extensionistas objetiva uma sólida construção coletiva de um novo conhecimento, caracterizado nos parâmetros da realidade em que se encontram todos os atuantes da extensão. “A educação é comunicação, é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1977, p.69). Percebamos, portanto, o quanto é preciso investir numa formação para os extensionistas que vincule a teoria da consciência reflexiva à prática e aos processos didáticos e organizacionais necessários para que, expressem com eficácia os resultados da produção acadêmica. Essa produção do conhecimento, por meio da extensão, se faz a partir da troca de experiência organizada e sistematizada, tendo como principio filosófico a democratização da informação, a presença ativa da sociedade na ação da universidade e uma produção de impacto na realidade. Dessa forma se desperta a “epistemologia” para a comunidade acadêmica, além de chamar à sociedade para uma reflexão sobre a educação popular, nos permitindo criar metodologias para compreender os reais problemas sociais e intervir por meio da troca de experiências.

Referências:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à Pratica Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.\_\_\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: UNESP,2004.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** 27ª ed. RJ, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_\_\_Freire, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 8ª ed., 1983.

\_\_\_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Ed Moraes, 1980

CARVALHO, Bernardina Silva; ALBUQUERQUE, Maria das dores; GONDIM, Patrícia G. Corrêa. **Teia do Saber: Saberes que convergem para o eixo complexo de práticas Educativas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

Melo Neto, José Francisco de. **Extensão universitária - uma avaliação de trabalho social**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1997.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**Hegemonia e extensão. Escola de Formação Quilombo**

**dos Palmares - EQUIP.** Recife, Pe, l994

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado,1998.

**I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas**. Brasília, l993.

BRANDÂO, R. C. **Pesquisa Participante**. 4a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984

STRECK, Danilo. R. *A educação popular e a (re)construção do público*. Há fogo sob as brasas? . Revista Brasileira de Educação, 2006.

Wanderley, Luiz Eduardo W. Apontamentos sobre educação popular. In: Valle, João E. e Queiroz, José (Orgs). A cultura do povo. São Paulo: Cortez, 1979.

1. [↑](#footnote-ref-1)